



Prefeitura de São José da Tapera - AL
Professor de Língua Portuguesa

CONHECIMENTOS GERAIS

Assuntos de extrema relevância sobre política brasileira e do estado; Atitudes e ações de comportamentos religiosos no Brasil; Economia do Brasil e do estado; Cultura brasileira: artistas famosos, pintores, poetas; Assuntos de extrema relevância sobre esporte e educação no estado e no Brasil; Meios de comunicação e mídias sociais: telefone móvel, WhatsApp, Facebook, Instagram, Telegram, Twitter, Tik Tok, Tinder, Kwai, Youtube, Vimeo, Twitch, Rumble.....	1
Aspectos geográficos do Brasil: regiões, estados, capitais.....	145
História do Município e do Estado: Fundação, Contextualização Histórica, Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.....	175
Símbolos municipais e estaduais: brasão, hino, bandeira	190
Educação do Município e do Estado.....	195
Limites Geográficos.....	196
Contexto populacional.....	200
Aspectos Econômicos.....	204
Aspectos Religiosos	208

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

História da Educação	1
Noções de Educação, Escola, Docente e Discente	2
Conceito de Ensino e Aprendizagem	3
Noções da Proposta Construtivista	7
Noções de Planejamento de Ensino: Objetivos, Conteúdos, Estratégias, Recursos e Avaliação.....	9
Tipos de Plano de Ensino.....	10
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.....	21
Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Competências gerais da Educação Básica; Os fundamentos pedagógicos da BNCC; O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica.....	51
Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	105
Lei Federal nº 11.645/08	171
Resolução CD/FNDE nº 17/2013	172
Plano Nacional de Educação 2014-2024: metas	180
Questões	205
Gabarito.....	210

SUMÁRIO



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Constituição Federal de 1988 e suas alterações posteriores	1
Ética, Organização e Cidadania	134
Serviço Público no Brasil: definição, natureza, espécies, Características	136
Decreto-Lei Federal nº 2.848/40: Da Periclitación da Vida e da Saúde – do Artigo 130 a 136.....	138
Dos Crimes Contra a Honra – do Artigo 138 a 145.....	139
Dos Crimes Contra o Patrimônio – Artigos 155 e 156.....	141
Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho – do Artigo 197 a 207	143
Dos Crimes Contra a Administração Pública – do Artigo 312 a 327	145
Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral – do Artigo 328 a 337.....	148
Gestão de Pessoas no Setor Público: características.....	150
Gestão de competências.....	153
gestão de conhecimento	154
Formas contratuais e regimes de trabalho	156
Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público.....	159
Metodologias para avaliação de desempenho	161
Liderança e Gestão de Equipes	165
Motivação	168
clima e qualidade de vida no trabalho	171
Tendências e desafios à gestão de pessoas no Setor Público	172
Questões	174
Gabarito.....	178

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Intelecção de textos verbais, literários e midiáticos	1
Fonética: adequações ortográficas	1
Acentuação gráfica.....	3
Crase	4
Sintaxe: Concordância Nominal e Verbal.....	4
Semântica: Significação das Palavras, Polissemia, Antonímia, Sinonímia, Denotação e Conotação	7
Estilística: Figuras de Linguagem.....	8
Pontuação	13
Funções da Linguagem.....	20
Coesão e Coerência.....	21
Ambiguidade.....	23

SUMÁRIO



Linguística e o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental: concepções de linguagem, de língua, de discurso e de texto	23
A língua oral: usos e formas	29
Adequação da linguagem à ação comunicativa	30
A língua escrita: usos e formas	31
Concepções de leitura	33
Coesão e Coerência textual	34
Tipologia e gêneros textuais: orais e escritos	34
Variação linguística	35
Literatura infanto-juvenil	38
Literatura popular no Ensino Fundamental	38
Estilos de Épocas na Literatura	39
Gêneros Literários	41
Principais Autores e Obras Representativas da Literatura Brasileira	41
Questões	42
Gabarito	50

SUMÁRIO



BRASIL

HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.



A história da educação infantil é uma jornada fascinante que atravessa séculos e reflete as transformações sociais, culturais e pedagógicas ao longo do tempo.

Na antiguidade e na Idade Média, a educação das crianças era predominantemente informal e centrada na família e na comunidade. As crianças aprendiam por meio da imitação dos adultos e participação em atividades cotidianas, como o trabalho no campo ou em oficinas artesanais. As primeiras instituições educacionais voltadas especificamente para crianças pequenas surgiram em algumas culturas antigas, como os jardins de infância na Grécia e Roma, que ofereciam cuidados e educação para crianças de famílias privilegiadas.

Com o Renascimento e o Iluminismo, surgiram novas ideias sobre a infância e a educação. Filósofos como Comenius e Rousseau defendiam a importância de respeitar a natureza da criança e proporcionar-lhe uma educação adequada às suas necessidades e interesses. No século XVIII, na Europa, surgiram as primeiras instituições educacionais para crianças pequenas, conhecidas como asilos ou creches, que ofereciam cuidados e alimentação para crianças de famílias pobres enquanto seus pais trabalhavam.

O século XIX marcou o surgimento da educação infantil como um campo distinto de estudo e prática pedagógica. Na Europa e nos Estados Unidos, surgiram as primeiras iniciativas públicas de educação pré-escolar, inspiradas pelas ideias de Froebel, criador dos jardins de infância. No Brasil, a educação infantil teve seus primeiros registros com a chegada das primeiras instituições religiosas e filantrópicas, que buscavam oferecer cuidados e educação para crianças órfãs e de famílias pobres.

No século XX, a educação infantil passou por significativas transformações, com o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento integral das crianças. Surgiram novas abordagens pedagógicas, como o método Montessori e o construtivismo, que valorizavam a autonomia, a criatividade e a aprendizagem ativa das crianças.

Durante o período colonial, a educação das crianças brasileiras estava restrita às famílias abastadas e às instituições religiosas, com um enfoque predominantemente religioso e moralizador. As crianças de famílias escravizadas eram excluídas do acesso à educação formal, sendo frequentemente destinadas ao trabalho desde a infância.

A partir do século XIX, com a influência das ideias iluministas e o processo de modernização do país, surgiram as primeiras iniciativas de institucionalização da Educação Infantil no Brasil. Em 1874, foi fundado o primeiro Jardim de Infância no país, no Rio de Janeiro, seguindo os moldes dos modelos europeus. No entanto, essas iniciativas ainda eram voltadas principalmente para crianças de famílias abastadas.

O século XX foi marcado pelo reconhecimento progressivo da Educação Infantil como um direito fundamental da criança. Com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a Educação Infantil foi reconhecida como parte integrante do sistema educacional brasileiro, garantindo o acesso e a oferta gratuita em creches e pré-escolas.

Nas últimas décadas, o Brasil tem avançado na ampliação do acesso à Educação Infantil, com a criação de políticas públicas como o Programa Nacional de Educação Infantil (Proinfância) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a universalização do atendimento, a melhoria da qualidade pedagógica e a valorização dos profissionais da Educação Infantil.

Em suma, a história da Educação Infantil é uma jornada de transformações e reconhecimento, marcada pelo esforço contínuo de garantir o direito das crianças à educação desde os primeiros anos de vida. Ao reconhecer e valorizar a importância da Educação Infantil, como um período fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, o Brasil caminha em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e educacionalmente inclusiva.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.



Conhecimentos Específicos

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*



Fonética: adequações ortográficas

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!